



As relações do Brasil com a China e os Estados Unidos: panorama da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) entre 2017 e 2024

Brazil's relations with China and the United States: an overview of International Development Cooperation (IDC) between 2017 and 2024

Julia Couto Soares²⁶

Lenira Vitoria Barroso de Oliveira²⁷

Marina Morena Caires Santos²⁸

Resumo: Com a eleição de Donald Trump e sua política de “*America First*”, os Estados Unidos (EUA) passaram a se isolar internacionalmente, congelando investimentos e doações em Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID). A desestruturação da USAID gera dúvidas sobre o futuro da CID e abre espaço para o questionamento sobre se potências como a China poderiam ocupar esse vácuo. Este artigo examina o panorama da CID do Brasil com EUA e China entre 2017 e 2024, analisando as mudanças de políticas externas dos países e seu impacto sobre a cooperação entre eles. Além disso, será examinada a atual conjuntura de CID com a eleição de Trump e o mandato de Lula. O estudo baseia-se na revisão de literatura primária e secundária, com dados de governos, artigos acadêmicos e documentos oficiais. Argumenta-se que as concepções de CID dos EUA e da China divergem: no Brasil, os EUA priorizam apoio humanitário e ambiental; a China, atividades econômicas estratégicas, com poucas variações significativas mesmo com mudanças de governos no Brasil. Conclui-se que, desde 2017, a IED dos EUA com o Brasil se manteve estável, contudo, a política externa de

²⁶ Graduanda do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (IREL UnB); couto.julia@aluno.unb.br.

²⁷ Graduanda do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (IREL UnB) e bolsista do Programa de Educação Tutorial em Relações Internacionais (PET-REL); lenira.oliveira@aluno.unb.br.

²⁸ Graduanda do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (IREL UnB) e bolsista do Programa de Educação Tutorial em Relações Internacionais (PET-REL); morena.marina@aluno.unb.br.



Trump, embora tenha recuado na CID, não levou a um movimento de substituição pela China. A China manteve uma CID crescente em áreas prioritárias, impulsionada pela aproximação com o governo Lula III.

Palavras-chave: Brasil; China; Estados Unidos; Cooperação Internacional para o Desenvolvimento; Política Externa.

Summary: With the election of Donald Trump and his “America First” policy, the United States (US) began to isolate itself internationally, freezing investments and donations in International Development Cooperation (IDC). The dismantling of USAID raises questions about the future of IDC and opens space for speculation on whether powers like China could fill this vacuum. This article examines the landscape of Brazil’s IDC with the US and China between 2017 and 2024, analyzing changes in the countries’ foreign policies and their impact on cooperation. In addition, it will examine the current IDC context following Trump’s election and Lula’s administration. The study is based on a review of primary and secondary literature, including government data, academic articles, and official documents. It argues that the IDC approaches of the US and China differ: in Brazil, the US prioritizes humanitarian and environmental support, while China focuses on strategic economic activities, with few significant changes even under different Brazilian governments. The conclusion is that, since 2017, US foreign direct investment (FDI) in Brazil has remained stable; however, while Trump’s foreign policy retreated from IDC, it did not lead to a Chinese replacement. China has maintained a growing presence in priority cooperation areas, driven by closer ties with Lula III.

Keywords: Brazil; China; United States; International Development Cooperation; Foreign Policy.



1. Introdução

A discussão sobre cooperação internacional tem ganhado cada vez mais espaço no campo de Relações Internacionais. O estudo de suas distintas abordagens e dos diversos atores envolvidos em múltiplas agendas de interesse tornam essa área particularmente atraente para o desenvolvimento de pesquisas e análises sobre a atual conjuntura internacional.

Com a eleição de Donald Trump em 2024 e a instauração de sua política de “*America First*”, os Estados Unidos, um dos maiores provedores de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID), por meio de Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ODA), começa a se fechar para o mundo, congelando investimentos e doações para outros países. A desestruturação da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), principal organismo estadunidense de assistência estrangeira, suscita questões sobre o futuro da CID.

O vácuo criado pela atual política externa do país, pode abrir espaço para que outras potências, em especial a maior competidora dos EUA, a China, ocupem seu lugar – sendo esta a questão norteadora da pesquisa. Para compreender a probabilidade do desdobramento dessa conjuntura e o impacto dela sobre países em desenvolvimento, este artigo buscará investigar o histórico de CID entre os dois países e a maior economia da América Latina, o Brasil.

O presente artigo busca examinar, ainda, as oportunidades de CID do Brasil com as duas maiores potências econômicas do mundo, avaliando se uma possível mudança de política estadunidense, durante o atual mandato do presidente Trump, poderia significar alterações significativas na cooperação Brasil-China. Para tanto, serão avaliadas as atuais políticas externas dos Estados Unidos e da China em relação à CID, juntamente com seu histórico de cooperação com o Brasil desde o primeiro governo Trump, em 2017, até 2024, para mensurar os possíveis impactos dessas políticas na cooperação estabelecida com a nação latino-americana.

Tendo em vista esses objetivos, este trabalho se valerá da revisão de literatura primária e secundária de dados fornecidos pelos governos, artigos acadêmicos e documentos oficiais, entre outras fontes, em vista de realizar um estudo de caso comparado entre a CID Brasil-EUA e Brasil-China no período de 2017 a 2024. As informações coletadas serão articuladas por meio do método de inferência descritiva, visto que serão feitas generalizações a partir do estudo dos casos escolhidos.

Inicialmente, serão apresentadas e discutidas as diferentes perspectivas sobre cooperação adotadas pelas duas potências, juntamente com suas principais áreas de



investimento no Brasil. Em seguida, serão exploradas as prováveis consequências da política de Trump e a existência de uma oportunidade para a China, considerando a política exterior do atual governo brasileiro, sob a liderança de Lula.

2. As diferentes facetas da cooperação internacional para o desenvolvimento

A cooperação internacional para o desenvolvimento pode ser vista de diferentes formas, desde uma perspectiva mais ligada à assistência – normalmente empregada pelos países desenvolvidos (PDs) na relação Norte-Sul –, até uma mais pautada em benefícios mútuos – como demonstra o caso da Cooperação Sul-Sul (CSS) (Souza, 2014, p. 12). A seguir serão apresentadas brevemente a maneira em que se dá essas duas formas de cooperação, assim como as concepções adotadas pelas duas maiores potências da atualidade, os Estados Unidos e a China, nas suas relações bilaterais.

2.1. A perspectiva Norte-Sul vs. Sul-Sul

A concepção assistencialista, geralmente, está atrelada ao fornecimento de dinheiro, bens ou serviços de um país desenvolvido para outro em desenvolvimento (PED) ou com baixo desenvolvimento relativo. A finalidade seria apoiar o país receptor da ajuda na construção de infraestrutura pública, na melhoria de setores como saúde e educação, na redução de conflitos internos, no apoio às suas instituições, dentre outras razões (Arriagada et al., 2024).

Essa visão é amplamente difundida entre os 24 países-membros do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (CAD) – dentre eles, os Estados Unidos –, da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que se impõe como um importante fórum de discussão da ajuda prestada pelos países conhecidos como doadores (Mawdsley, 2011, p. 257).

Um conceito bastante importante formulado pelo CAD foi o de Assistência Oficial para o Desenvolvimento (ODA), que é constituído por fluxos financeiros e recursos destinados à PEDs e instituições multilaterais de desenvolvimento para promover o crescimento econômico e o bem-estar dessas sociedades (Milani, 2014, p. 113-114). No entanto, além da ODA, existem outras modalidades de fluxos dos PDs para os PEDs, incluindo transações oficiais relativas a investimentos às exportações, além do financiamento oficial para o desenvolvimento (Milani, 2014, p. 116).

Apesar de alguns visualizarem a ODA como sendo uma ação filantrópica e altruísta dos países desenvolvidos (Chaturvedi, 2012 apud Souza, 2014, p. 12), outros destacam que essa assistência, na verdade, serve para os interesses dos países desenvolvidos. Isso se deve ao fato



desses países condicionarem a ajuda prestada a uma série de exigências, tendo em vista os seus objetivos de política externa, sejam eles o aumento de investimentos no próprio país ou ainda uma maior influência militar nos Estados receptores, por exemplo (Kapoor, 2008 apud Mawdsley, 2011, p. 259).

Em contraposição a essa concepção, os países do Sul Global preferem adotar o conceito de cooperação para o desenvolvimento, haja visto que esse termo pressupõe uma relação mais simétrica nas relações que visam benefícios mútuos, a não-interferência e o respeito às soberanias dos países em desenvolvimento (Mawdsley, 2011, p. 257). Apesar de suas diferentes definições, essa forma de cooperação normalmente implica em empréstimos, concessão de crédito, bolsas de estudos e cooperação técnica, dentre outras formas que muitas vezes se vinculam direta ou indiretamente ao comércio e à facilitação de investimentos (Mawdsley, 2011, p. 257-258).

2.2. As concepções de cooperação dos EUA e da China

Os Estados Unidos foram essenciais na criação do arcabouço institucional ligado à cooperação internacional para o desenvolvimento (Milani, 2014, p. 127), especialmente o modelo Norte-Sul. No caso dos EUA, a principal agência responsável pela cooperação bilateral era a *United States Agency for International Development* (USAID), fundada em 1961, com o objetivo de prover assistência humanitária a países atingidos por desastres, promover o combate à pobreza e engajar reformas democráticas em outros Estados (United States, s.d.); adotando, portanto, um modelo bastante representativo da concepção de assistência difundida pelo CAD da OCDE.

Os EUA ainda possuem a *United States International Development Finance Corporation* (DFC), uma agência do governo, lançada em 2019, que se utiliza de mecanismos financeiros para investir em diversos setores nos PEDs e em países de menor desenvolvimento relativo. Dentre os objetivos do DFC, destaca-se a defesa dos interesses econômicos e a política externa dos EUA à medida que a instituição concede empréstimos, assistência técnica e estabelece outras formas de vínculos em diferentes áreas estratégicas para o país, como energia, tecnologia, infraestrutura crítica, entre outros (Akhtar; Brown, 2022, p. 2).

Já no caso da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) chinesa, cabe destacar que o país busca se distanciar do conceito assistencialista estabelecido pelo CAD, definindo sua maneira de colaborar de maneira mais ampla tanto em termos de objetivos quanto suas formas de financiamento – alinhando-se mais com a perspectiva de CSS.



A China defende, portanto, a não ingerência nos assuntos internos (Mendes, 2010, p. 44) e o estabelecimento de relações mutuamente benéficas entre os PEDs, tendo como foco atingir resultados práticos a partir do desenvolvimento de capacidades, especialmente por meio de relações bilaterais nas áreas econômica e tecnológica (Su; Ouyang; Yuan, 2022, p. 14). Desse modo, nota-se que a cooperação desenvolvida pela China visa alcançar resultados “win-win” (Dehart, 2012. p. 1366), ou seja, em que todas as partes envolvidas sejam beneficiadas.

Em 2018, foi estabelecida a *China International Development Cooperation Agency* (CIDCA) com o objetivo de desenvolver uma abordagem mais coordenada e organizada tanto em termos de pessoal quanto dos recursos para a realização dos projetos de cooperação com outros países (Su; Ouyang; Yuan, 2022, p. 28). Anteriormente, não havia uma agência de cooperação que unificasse todas as demandas, sendo os esforços concentrados, sobretudo, no *Ministry of Commerce* (MOFCOM).

De modo geral, o modelo chinês concentra suas negociações na esfera bilateral, assim como vincula sua política de ajuda e cooperação às suas necessidades econômicas vigentes (Pedrozo, 2016, p. 109), não exigindo como contrapartida, por exemplo, o respeito a normas de boa governança ou aos direitos humanos (Mendes, 2010, p. 42). Portanto, a CID chinesa é utilizada para prover suas próprias demandas por desenvolvimento, privilegiando áreas como energia e infraestrutura (Souza, 2014, p. 269), estando a última diretamente relacionada com a *Belt and Road Initiative* (BRI)²⁹.

Os recursos são concedidos em forma de doações, empréstimos concessionais ou patrocinados pelo governo chinês, de natureza tanto financeira – por meio de bancos como o *China Development Bank* (CDB), o *China Eximbank* e o *Asian Infrastructure Investment Bank* (AIIB) – quanto não financeira, na forma de projetos de cooperação técnica, por exemplo (Pedrozo, 2016, p. 108). Existem, ainda, os Investimento Estrangeiros Diretos (IED) que dizem respeito, de forma geral, à movimentação de capitais internacionais para propósitos específicos de investimento, ocorrendo quando empresas ou indivíduos no exterior criam, ou adquirem operações em outro país (O que é [...], s.d.).

²⁹ A *Belt and Road Initiative* (BRI), também conhecida como *One Belt One Road*, é um projeto de infraestrutura e investimento, lançado pelo governo chinês em 2013, cujo objetivo é conectar a China com o restante da Ásia, o Oriente Médio, a África e a Europa, por meio de rotas terrestres e marinhas (Bird; Lebrand; Venables, 2020).



3. Relações EUA-Brasil (2017-2024): Política Externa e Financiamento

Entre 2017 e 2024, as relações entre os Estados Unidos e o Brasil foram marcadas por mudanças significativas tanto no contexto doméstico quanto no internacional, refletindo nos direcionamentos da política externa de ambos os países. A partir da análise da USAID, é possível observar variações nos montantes e nas áreas priorizadas, em resposta às crises vividas e aos contextos políticos de cada período. Dessa maneira, busca-se investigar o histórico recente da cooperação entre os dois países nesse período, com destaque para os financiamentos voltados ao Brasil e nas estratégias de política exterior adotadas por cada administração presidencial.

3.1. Política Externa: de Trump à Biden

Durante o governo de Donald Trump (2017–2020), a *National Security Strategy*, publicada em dezembro de 2017, refletiu uma política externa marcada pelo ceticismo em relação ao multilateralismo e uma retórica centrada na segurança, migração e no combate a regimes considerados autoritários, como os de Cuba e da Venezuela. Essa orientação foi moldada pela doutrina do *America First*, que se caracterizou pela priorização dos interesses nacionais norte-americanos e pela defesa da soberania estatal (United States, 2017). Nesse cenário, o governo Trump passou a citar diretamente a Doutrina Monroe em seus discursos, demonstrando o objetivo de limitar a influência de países de fora da região na América Latina, especialmente China e Rússia, em um contexto marcado por disputas ideológicas e geopolíticas (Pires; Nascimento, 2020).

Ademais, Sitompul e Cipto (2022) argumentam que o governo Trump promoveu uma securitização sistemática da imigração ao associar imigrantes latino-americanos a ameaças à segurança nacional, legitimando medidas de endurecimento nas fronteiras e a adoção de políticas restritivas e punitivas contra imigrantes desta região. Esse discurso, ligado a questões de segurança e conservadorismo, refletiu-se no alinhamento ideológico do governo norte-americano com o governo presidido por Jair Bolsonaro (2019-2022). Assim, essa convergência política foi reafirmada no comunicado conjunto de março de 2019, no qual os dois presidentes manifestaram apoio à oposição venezuelana, anunciaram o objetivo de reforçar a segurança nas fronteiras e fortalecerem a cooperação no combate a crimes transnacionais, como o terrorismo e o tráfico (Brasil, 2019).

Segundo Lowenthal (2021), a política externa de Donald Trump teria enfraquecido a posição internacional dos Estados Unidos ao desvalorizar instituições multilaterais, desacreditar alianças tradicionais e adotar uma postura hostil à cooperação.



Consequentemente, essa retração teria aberto um espaço para que outras potências, como a China, ampliassem sua presença na América Latina, aprofundando vínculos econômicos, diplomáticos e tecnológicos com a região.

Com a posse de Joe Biden em 2021, houve uma reconfiguração da diplomacia norte-americana, marcada por um discurso com ênfase no multilateralismo, na defesa dos direitos humanos e na diplomacia climática. Desse modo, a *Interim National Security Strategic Guidance* – documento provisório que orienta a política externa e de segurança nacional dos EUA no início de um novo governo –, destacou o enfrentamento das mudanças climáticas e a reconstrução de alianças globais como prioridades centrais (United States, 2021).

Os EUA participaram de diversos fóruns regionais, como a Cúpula das Américas, destacando pautas como saúde pública, democracia, desenvolvimento sustentável e recuperação em um contexto pós-pandêmico (United States, 2022). Destaca-se, ainda, o comunicado conjunto emitido por ocasião do encontro entre os presidentes Lula e Biden, no qual foram reafirmadas as convergências entre os dois países ao afirmarem a disposição de cooperar na proteção da Amazônia, no desenvolvimento sustentável e na promoção da paz (Brasil, 2023a).

3.2. Dados gerais

Com base em dados disponibilizados no portal *Foreign Assistance* (s.d.), observa-se que, durante o governo Trump (2017–2020), os financiamentos da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) ao Brasil variaram significativamente. Em 2017, foram destinados aproximadamente US\$ 12,6 milhões; em 2018, cerca de US\$ 14,5 milhões; e, em 2019, aproximadamente US\$ 27,1 milhões (United States, 2025e).

Além do tradicional direcionamento à preservação do meio ambiente, nota-se um foco em ajudas humanitárias voltadas ao auxílio da crise migratória venezuelana. Já em 2020, o financiamento foi em torno de US\$ 33,6 milhões, no qual, além da continuidade do apoio a iniciativas ambientais e à crise migratória, houve um significativo redirecionamento de recursos para o combate à pandemia de Covid-19 (United States, 2025e).

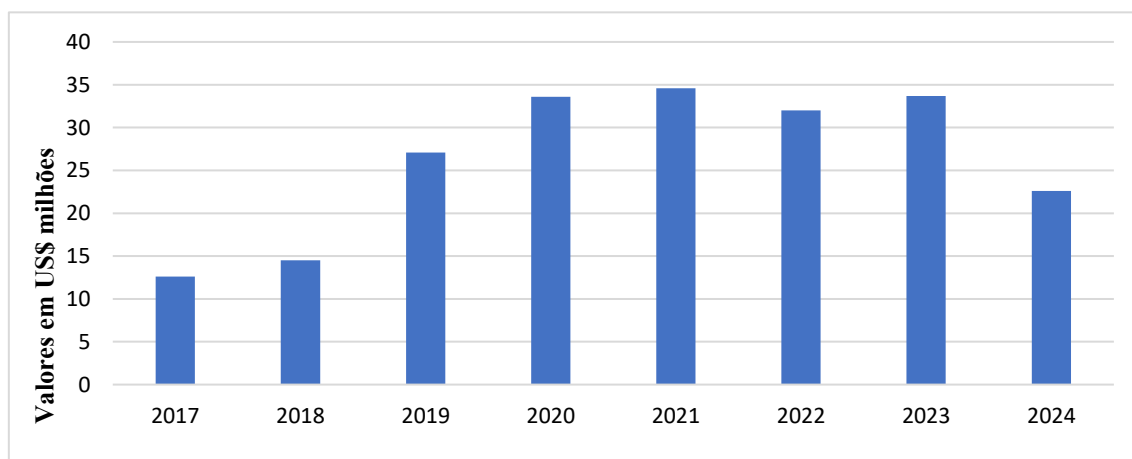
Em 2021, durante a administração do presidente Joe Biden (2021–2024), a USAID destinou cerca de US\$ 34,6 milhões ao Brasil, dos quais aproximadamente US\$ 11 milhões foram voltados a respostas emergenciais, como o auxílio alimentar a imigrantes, e US\$ 16 milhões foram direcionados ao setor de saúde básica em resposta à crise de Covid-19 (United States, 2025e). No ano de 2022, o total destinado foi de cerca de US\$ 32 milhões, com contribuições expressivas às áreas de proteção ambiental e saúde, com ênfase no tratamento do HIV/AIDS (United States, 2025e). Já em 2023, o valor alocado foi de aproximadamente US\$



33,7 milhões, com prioridade para ações de proteção ambiental e desenvolvimento sustentável (United States, 2025e).

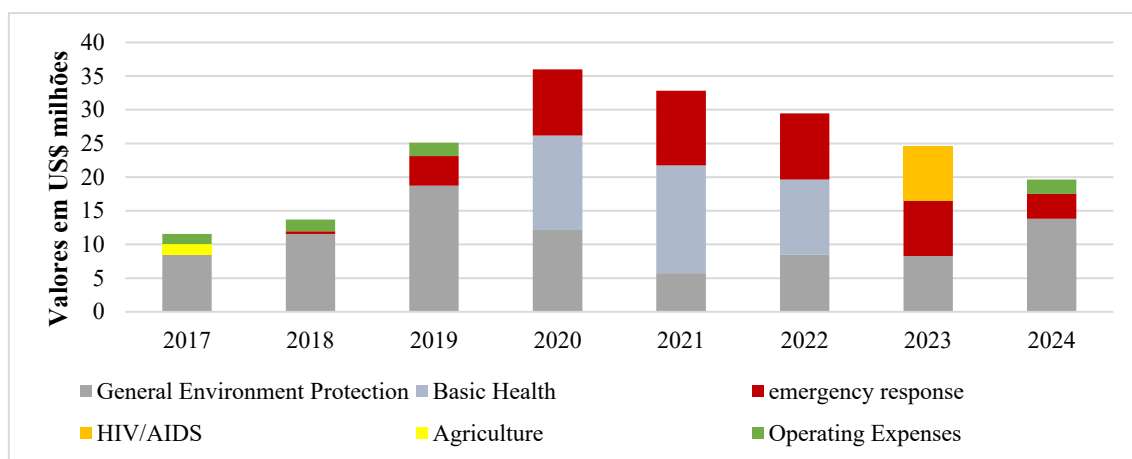
Conforme ilustrado nos gráficos 1 e 2, no ano de 2024, a USAID teria destinado aproximadamente US\$ 22,6 milhões para projetos no Brasil, com foco em questões do meio ambiente e respostas emergenciais. Desse total, cerca de US\$ 13,8 milhões foram alocados para iniciativas ambientais, como parcerias para o combate a incêndios florestais e o projeto “Tapajós para a Vida”, que recebeu aproximadamente US\$ 1,3 milhões. Além disso, aproximadamente US\$ 3,7 milhões foram destinados a respostas emergenciais, especialmente no auxílio humanitário às regiões afetadas por enchentes no estado do Rio Grande do Sul no início de 2024 (United States, 2025e).

Gráfico 1: Variação do financiamento da USAID destinado ao Brasil (2017-2024)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da *Foreign Assistance* (United States, 2024)

Gráfico 2: Setores mais contemplados em cada ano (2017-2024)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da *Foreign Assistance* (United States, 2024)



A análise dos dados da USAID – com o apoio dos gráficos apresentados acima –, evidencia como os repasses ao Brasil entre 2017 e 2024 variaram em resposta às crises vividas e aos contextos políticos de cada período. Durante a administração Trump, embora marcada por uma retórica de retração internacional e ceticismo em relação ao multilateralismo, o volume de recursos aumentou gradualmente, com destaque para ações emergenciais — como resposta à crise migratória venezuelana e à pandemia de Covid-19 — e para iniciativas de preservação ambiental, que, apesar de um discurso desalinhado com os compromissos da agenda climática, permaneceram entre as áreas mais contempladas.

Desde o início de seu mandato, o governo Biden enfatizou o objetivo de reconfigurar a política externa norte-americana, levando em consideração o governo anterior, com ênfase na retomada da agenda de cooperação internacional e no fortalecimento do multilateralismo. Nesse contexto, os repasses atingiram seus maiores patamares e apresentaram maior estabilidade, refletindo uma priorização de áreas, como saúde, desenvolvimento sustentável e proteção ambiental. Os gráficos revelam esse salto nos montantes a partir de 2020, bem como a manutenção de altos níveis de financiamento até 2023, o que demonstra uma ação estratégica de reconstrução das alianças e de reposicionamento dos EUA no cenário internacional, fortemente apoiado por compromissos multilaterais e climáticos.

4. China e Cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento: IED chinês no Brasil

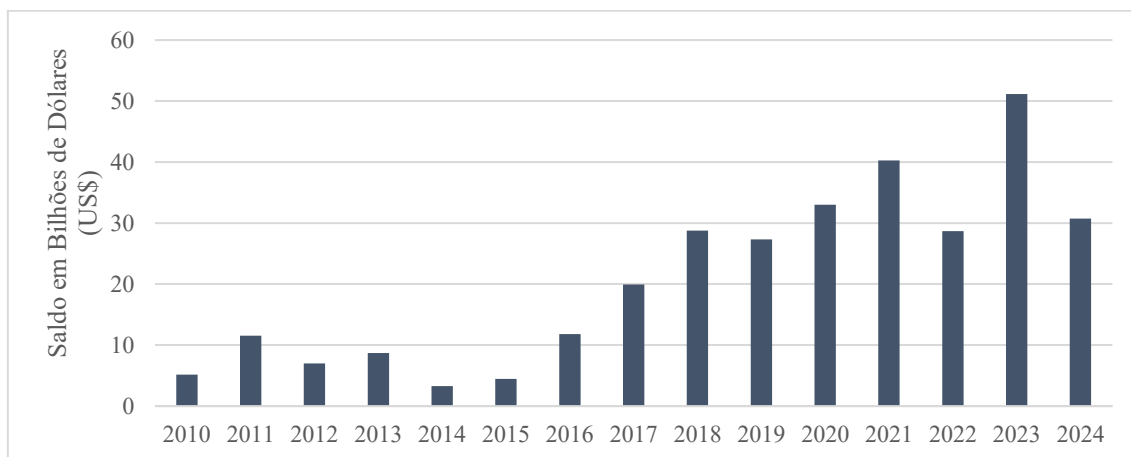
Nos últimos oito anos, as relações de cooperação bilaterais sino-brasileiras foram marcadas e moldadas pelos interesses econômicos, objetivos de desenvolvimento e políticas externas da China e dos diversos governos brasileiros. Esta seção trará um panorama das relações econômicas e políticas entre China e Brasil durante os governos de Michel Temer (2016-2019), Jair Bolsonaro (2019-2023) e Luiz Inácio Lula da Silva (2023-2024), incluindo uma análise sobre a evolução da cooperação para o desenvolvimento entre os países, focada nos investimentos estrangeiros diretos (IED) da China no Brasil.

O Brasil é um dos principais parceiros comerciais da China na América Latina. Nos anos 2000, a China tornou-se o maior parceiro do Brasil na Ásia e, desde 2009, ela se tornou o principal parceiro comercial do Brasil em importação e exportação, ultrapassando os Estados Unidos (China [...], 2024). A balança comercial tem sido consistentemente de superávit brasileiro desde 2010 – como mostra o Gráfico 3 –, com o Brasil fornecendo, principalmente, matérias-primas, como soja, minério de ferro e petróleo para o gigante asiático, e comprando produtos manufaturados de alto valor agregado, como válvulas e tubos termiônicos, compostos



organo-inorgânicos e equipamentos de telecomunicação (Perfil [...], 2025) – como mostram as Tabelas 1 e 2.

Gráfico 3 - Saldo da balança comercial Brasil e China para o Brasil (2010-2024)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da ComexStat (Brasil, 2025a).

Tabela 1 - Dez produtos mais exportados pelo Brasil para China (2010-2024)

Produtos Exportados	Total em Dólares (US\$)	Porcentagem das exportações totais
Soja	\$312.347.513.891,00	35,02%
Minério de ferro e seus concentrados	\$229.943.990.209,00	25,78%
Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos, crus	\$148.413.532.687,00	16,64%
Celulose	\$37.650.218.046,00	4,22%
Carne bovina fresca, refrigerada ou congelada	\$33.963.168.990,00	3,81%
Açúcares e melaços	\$15.176.612.679,00	1,70%
Ferro-gusa, spiegel, ferro-esponja, grânulos e pó de ferro ou aço e ferro-ligas	\$13.277.331.126,00	1,49%
Carnes de aves e suas miudezas comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas	\$13.140.539.006,00	1,47%
Algodão em bruto	\$9.991.278.591,00	1,12%
Couro	\$6.741.386.199,00	0,76%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Comex Stat (Brasil, 2025a).

Tabela 2 - Dez produtos mais importados da China pelo Brasil (2010-2024)

Produtos Importados	Total em Dólares (US\$)	Porcentagem das exportações totais
Equipamentos de telecomunicações, incluindo peças e acessórios	\$60.704.340.423,00	10,46%
Válvulas e tubos termiônicas, de cátodo frio ou foto-cátodo, diodos, transistores	\$35.657.748.058,00	6,15%



Compostos organo-inorgânicos, compostos heterocíclicos, ácidos nucléicos e seus sais, e sulfonamidas	\$25.863.514.928,00	4,46%
Máquinas e aparelhos elétricos	\$19.869.362.023,00	3,43%
Peças e acessórios (exceto estojos, capas e semelhantes) para a máquinas de processamento de dados ou máquinas de escritórios	\$14.955.945.741,00	2,58%
Adubos ou fertilizantes químicos (exceto fertilizantes brutos)	\$13.698.706.345,00	2,36%
Aparelhos elétricos para ligação, proteção ou conexão de circuitos	\$13.294.736.422,00	2,29%
Inseticidas, rodenticidas, fungicidas, herbicidas, reguladores de crescimento para plantas, desinfetantes e semelhantes	\$10.853.611.785,00	1,87%
Plataformas, embarcações e outras estruturas flutuantes	\$10.397.560.525,00	1,79%
Máquinas de energia elétrica (exceto planta elétrica rotativa do grupo 716) e suas partes	\$10.374.610.671,00	1,79%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Comex Stat (Brasil, 2025a).

A China também é um dos principais investidores estrangeiros no Brasil, especialmente no setor de infraestrutura, incluindo geração e transmissão de energia, áreas portuárias e ferrovias. Além disso, existem investimentos significativos nos setores de óleo e gás, financeiro, de serviços e de inovação (China [...], 2024). O interesse chinês, particularmente na área de petróleo, com grande participação e empréstimos na Petrobras, e no setor de energia, com foco em transmissão e hidrelétricas, resulta da política estratégica da China de garantir sua presença em setores essenciais para seu desenvolvimento e crescimento a longo prazo (Borghi; Freitas, 2024).

Entre 2013 e 2023, o Brasil recebeu 15% do IED chinês, sendo que, em 2020, foi responsável por 47% dos investimentos chineses na América do Sul (Grinsztejn; Rodríguez, 2024). Em 2023, foram investidos US\$ 1,73 bilhão no País, com aumento de 33% em relação a 2022, tornando o Brasil um dos principais destinos de investimentos chineses no Sul Global (Prazeres, 2024). Os investimentos chineses no Brasil são pouco diversificados e representam um caso atípico em comparação com os investimentos em outros países, com o setor de petróleo, gás e energia elétrica, representando 70% do IED acumulado entre 2005 e 2022 (Borghi; Freitas, 2024).

No período de 2013 a 2023, as empresas estatais chinesas dominaram os investimentos, com 88,3% de participação, contribuindo para um montante final de mais de US\$ 50 bilhões (Grinsztejn; Rodríguez, 2024). Desse total, 58,6% foram destinados ao setor energético, com mais de 100 projetos, a maioria na indústria manufatureira, seguida pelo setor energético (Grinsztejn; Rodríguez, 2024). Desde 2007, são mais de US\$ 72 bilhões investidos na nação sul-americana, sendo que, nos últimos anos, os setores de construção de linhas de transmissão,



de petróleo, de energia e agora de implantação de fábricas de carros elétricos e híbridos ganhou força (Prazeres, 2024).

Para elevar sua cooperação bilateral, em 2004 foi criada a Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), o principal órgão de negociação e fortalecimento das relações entre os dois governos (Rosito, 2020). Das suas reuniões, surgiram diversos Planos Conjuntos e projetos ambiciosos de cooperação, que nem sempre se materializaram, mas que demonstram o desejo de cooperação mútua (Grinsztejn; Rodríguez, 2024). A COSBAN proporciona um espaço de cooperação mais próximo entre os países, considerando que o Brasil, apesar de cooperar com a China no BRICS+, não é parte da *Belt and Road Initiative* (BRI), ao contrário de 22 países latino-americanos, como é o caso do Chile e do Peru.

4.1. Governo Temer (2016 - 2019)

Durante o governo Temer, de meados de 2016 até o início de 2019, a relação com a China foi marcada por algumas mudanças, mas, em grande parte, pela manutenção das estratégias utilizadas por sua antecessora, a presidente Dilma Rousseff (2011-2016). A ex-presidente herdou dos dois primeiros governos Lula (2003-2011) uma política de busca de inserção do Brasil no contexto global, visando elevar a posição do país como potência, com foco em posicioná-lo como potência regional (Busilli, 2019). Contudo, Rousseff optou por priorizar a esfera global em detrimento da regional, reforçando laços com a China sem enfrentar abertamente os Estados Unidos (Busilli, 2019).

O início do governo Temer representou mudanças ideológicas, entretanto, na prática, as relações com a China foram mantidas, com um maior enfoque no bilateralismo e nas questões econômicas, mas mantendo uma perspectiva pragmática (Damacena, 2021). A adoção de um paradigma estadunidense, que buscava aproximação com os Estados Unidos e abertura comercial, foi interrompida pela eleição de Donald Trump, que apresentou diversas políticas protecionistas, levando o Brasil a buscar outros parceiros, como a China (Busilli, 2019).

Ao final do governo Temer, foram realizados mais de 40 projetos de IED pela China no Brasil, incluindo fusões e aquisições, projetos *greenfield* (novos empreendimentos sem instalação pré-existente) e *joint ventures* (acordo entre atores para fins de atuação conjunto em novo projeto ou na criação de nova empresa em uma determinada atividade econômica), principalmente nas áreas de energia, manufatura e agroindústria (Myers; Urdinez, 2025). Em 2017 e 2018, o Brasil recebeu o maior montante de IED e o maior número de projetos chineses,



respectivamente, desde 2010, totalizando mais de vinte bilhões de dólares e mais de 30 projetos (Cariello, 2024).

4.2. Governo Bolsonaro (2019 - 2023)

O governo Bolsonaro foi marcado por um distanciamento político da China, embora tenha mantido a cooperação para o desenvolvimento, que sofreu perdas devido à pandemia. A política externa do então presidente caracterizou-se pelo afastamento dos países em desenvolvimento, inclusive os vizinhos, na busca por aproximação com os Estados Unidos, especialmente sob a liderança de Trump, e pelo distanciamento dos meios tradicionais de diplomacia, como o Itamaraty (Abrão et al., 2022).

No campo das relações com a China, a pandemia e as fortes visões anticomunistas levaram a críticas severas ao governo chinês e a acusações conspiratórias relacionadas à Covid-19 por parte do presidente e das lideranças de seu governo, como o ex-Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo (Abrão et al., 2022). Todavia, outros agentes advogavam pelo pragmatismo e pela continuidade das relações com a China em prol da manutenção de um importante parceiro e do desenvolvimento da indústria brasileira, como a CNI, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e o Ministério da Economia (Castro et al., 2021).

Além disso, a crise sanitária da Covid-19, acoplada ao negacionismo do Executivo e às condenações da China como culpada, fez com que muitos governos subnacionais buscassem cooperação com a gigante asiática para a aquisição de vacinas e outros insumos de maneira independente, demonstrando um vácuo na atuação do Itamaraty e do Executivo (Abrão et al., 2022).

Apesar da resistência ideológica à China, a saída de Trump e a entrada de Joe Biden em 2021, em conjunto com a troca do ministro das Relações Exteriores, diminuíram o impulso de alinhamento com os EUA, devido às divergências de pensamento entre Biden e Bolsonaro, retomando uma aproximação comercial com a China (Abrão et al., 2022). No entanto, o dano à relação já havia surtido efeito. Em 2020, o IED e o número de projetos de investimentos chineses confirmados caíram abruptamente, refletindo também o impacto da Covid-19 (Cariello, 2024).

Em 2022, enquanto a China aumentava seus investimentos no mundo, o valor dos IED no Brasil despencou 78% em relação a 2021, sendo o menor número em 13 anos, totalizando apenas US\$ 1,3 bilhões (Reuters, 2023). O Brasil saiu do topo da lista de destinos para



investimento, ficando em nono lugar, e o número de empreendimentos efetivados caiu, com apenas 27% do volume de investimentos anunciados sendo realizados (Reuters, 2023).

Uma das evoluções do governo Bolsonaro em relação à China foi a implementação do Plano Estratégico 2022-2031 entre os países, buscando direcionar as relações bilaterais. Em prol do desenvolvimento da cooperação, diversos planos periódicos já haviam sido firmados, como o Plano de Ação Conjunta Brasil-China 2010-2014; o Plano Decenal de Cooperação Brasil-China 2012-2021; o Plano de Ação Conjunta Brasil-China 2015-2021; o Plano Estratégico 2022-2031; e o Plano Executivo 2022-2026 (GGN, 2024).

Quadro 1: Relação dos planos de cooperação acordados entre Brasil e China e seus principais objetivos

Plano	Principais objetivos
Plano de Ação Conjunta Brasil-China 2010-2014	Ficou acordado de que a COSBAN seria o principal órgão de diálogo e cooperação das ações do plano. O texto criou compromissos para cooperação em áreas diversas, como política, econômica, agrícola, espacial, tecnológica e cultural. No campo de investimentos, eles foram incentivados principalmente nas áreas de infraestrutura, energia, mineração, agricultura, bioenergia, indústria e setor de alta tecnologia. No setor de energia e mineração, o foco foi o petróleo e gás, ferro, alumínio e outros minerais. Também houve encorajamento para a promoção de investimentos mútuos no setor agrícola. Houve foco no Grupo de Trabalho de Investimento da Subcomissão Econômica e de Comércio para coordenar ações.
Plano Decenal de Cooperação Brasil-China 2012-2021	Manteve muitos dos mesmos objetivos e áreas de cooperação do PAC 2010-2014. Na questão de investimentos, manteve-se o foco na área de energia, mineração, agricultura e infraestrutura. O petróleo e o gás, além da mineração, se mantiveram constantes, mas o fomento à geração e à transmissão de energia também se tornou prioridade, buscando, inclusive, investimentos conjuntos na área de energia eólica. Além disso, procurou-se melhor compreensão das formas de investimento em infraestrutura, tratando também de mais cooperação industrial e financeira. Foram listadas prioridades de investimento no Brasil em semicondutores, autopeças e componentes eletrônicos, geradores para energia eólica e máquinas de engenharia e equipamento ferroviário. Foi assinalado interesse em compreender mais as normas de IED em cada país. Também foi citado o interesse em cooperação espacial entre a Agência Espacial Brasileira (AEB) e a <i>China National Space Administration</i> (CNSA) para futuros satélites CBERS e outros temas aeroespaciais.
Plano de Ação Conjunta Brasil-China 2015-2021	Buscava atualizar o Plano de Ação Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China 2010-2014 e estender sua vigência até 2021. O foco do documento foi reforçar os mecanismos e atividades de cooperação, a fim de assegurar que as partes cumpririam com o acordado, monitorariam as atividades, estabeleceriam metas e alcançariam os resultados desejados.
Plano Estratégico 2022-2031	O Plano reforçou o compromisso com a sustentabilidade econômica, social e ambiental e com a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Os eixos principais seriam: Político; Economia, Investimento, Comércio e Cooperação; e Ciência, Tecnologia e Inovação.



	Em questão de investimentos, novamente buscaram promover facilitação e aumento de fluxos. Os estímulos serão dados às cooperações em infraestrutura e transporte com promoção de investimentos e cooperação. Se mantém o interesse nas energias renováveis, em petróleo e gás e mineração. Também foi levantado os investimentos em economia digital, visando a consolidação de desenvolvimento sustentável e verde. Esse processo ficará sob condenação do GT de Cooperação em Investimentos.
Plano Executivo 2022-2026	As áreas estratégicas são as mesmas do Plano Estratégico 2022-2031. Ainda reforçando a utilização da COSBAN, das duas subcomissões e dos GTs para manter a cooperação. Os objetivos se mantêm os mesmos do documento anterior.

Fonte: Elaboração própria, com base nos Planos supracitados.

Como mostrado no quadro anterior, o primeiro Plano Decenal focava em diversas áreas, como ciência e tecnologia, energia, infraestrutura e transportes, cooperação industrial, econômica e cultural, com metas de diversificação das exportações do Brasil para a China, limitadas a agroexportação e matéria-prima (Cruz; Santos, 2024). Isso seria alcançado por meio de investimentos e apoio chinês à infraestrutura, muitos dos quais não se concretizaram (Cruz; Santos, 2024). O novo Plano Decenal manteve muitos dos objetivos originais, reforçando a necessidade de cooperação e investimentos, especialmente em questões de infraestrutura, transportes e setor energético sustentável, além de destacar a importância da COSBAN para o avanço da cooperação (Brasil; China, 2022a).

O saldo do governo Bolsonaro foi de desaceleração no progresso das relações de investimento e cooperação para o desenvolvimento entre Brasil e China. Apesar da pandemia contribuir globalmente para a diminuição no número de IED e de projetos, as políticas internas e o esfriamento das relações diplomáticas levaram outros atores a manterem o contato com a gigante asiática, descentralizando a cooperação.

4.3. Governo Lula (2023 - 2024)

O governo de Lula iniciou uma mudança significativa nas relações bilaterais entre os países quando comparado ao governo anterior. A busca por aprofundamento nos laços com a China reflete uma política externa que visa reposicionar o Brasil como uma potência emergente, valorizando a CSS e tentando retomar seu espaço de liderança regional e internacional (Carvalho, 2023). O Brasil procura contribuir com o sistema multilateral, sem a influência assimétrica de grandes potências, diminuindo as disparidades entre o Norte e o Sul Global e potencializando espaços como o BRICS (Ives; Lima, 2024).

Já no começo do terceiro mandato de Lula, China e Brasil assinaram um acordo para realizar trocas comerciais nas moedas nacionais em vez do dólar estadunidense, além de outros 15 acordos bilaterais estimados em mais de US\$ 10 bilhões (Huld; Zhou, 2024). Em abril de



2023, os países também lançaram uma Declaração Conjunta sobre o Aprofundamento da Parceria Estratégica Global, que reforçou a busca por investimentos e desenvolvimento conjunto nas áreas de infraestrutura, transição energética, logística, energia, mineração, agricultura e indústria, sobretudo de alta tecnologia (Brasil, 2023b).

Nesse mesmo mês foram firmados 14 acordos e memorandos bilaterais durante uma visita de Lula à China. Dentre eles, diversos documentos buscavam fomentar mais cooperação em pesquisa, inovação e tecnologia entre ministérios e órgãos estatais, além de focar no setor espacial, de comunicação e agricultura, também levantando projetos de combate à fome (Castro; Rangel, 2023). Investimentos na área de economia digital também receberam um memorando de entendimento próprio (Castro; Rangel, 2023).

O cenário pós-pandemia foi acompanhado de quedas nas taxas globais de investimentos e comércio. Contudo, em 2023, o Brasil foi classificado como o 5º maior receptor de investimento estrangeiro direto (IED) pela Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), principalmente nas áreas da indústria extrativista, com aumento de números e relevância na busca de fontes energéticas sustentáveis para apoiar a transição energética (Brasil [...], 2024). Em 2023, a China foi o nono maior investidor do País, com um estoque de IED de US\$ 45,3 bilhões, um crescimento de 22,1% em relação a 2022 (China [...], 2025). De 2014 a 2024, foram anunciados mais de 137 projetos *greenfield*, totalizando US\$ 10,6 bilhões nos setores de energia, infraestrutura e indústria automobilística (China [...], 2025).

Em 2023, 72% dos projetos foram destinados à área de energia verde e setores relacionados, suprimindo uma agenda de *powershoring*, que busca a descarbonização para a produção de bens intensivos em energia para exportação (Cariello, 2024).

Em 2024, durante o encontro do G20 em Brasília em novembro, Lula e Xi Jinping chegaram a assinar 39 documentos de cooperação nas áreas de agricultura, ciência e tecnologia, comunicações, comércio, desenvolvimento sustentável, investimentos, infraestrutura, indústria, energia, finanças, turismo, cultura, educação, saúde e esporte (Brasil, 2024a). No âmbito de investimento, dois documentos deixavam explícito o interesse do fortalecimento desta área, sendo o primeiro uma Carta de Intenções para promoção de desenvolvimento sustentável e o segundo um Plano de Ação de promoção de investimento industrial (Brasil, 2024a).

A nova aproximação política poderia configurar novas possibilidades para a diversificação do portfólio de investimentos chineses em setores ainda negligenciados no Brasil, como a indústria manufatureira ou o setor tecnológico. Os acordos assinados por Lula ao longo dos primeiros dois anos de governo parecem ser um impulso para o início da



cooperação mais completa, contudo, seriam necessários um interesse e um plano bem delimitado do Brasil para conseguir implementar esses planos e angariar investimentos vantajosos.

O Brasil, ao longo dos últimos governos, tem sido consistentemente criticado por sua falta de plano ou estratégia em suas relações bilaterais (Rosito, 2020). Apesar do reforço feito a partir da assinatura dos documentos supramencionados, a prática mostra morosidade da parte brasileira, com projetos que demoram anos para sair do papel ou que nunca se concretizam de fato, além da baixa movimentação para levar a parceria a novas áreas de investimento.

5. Perspectivas da CID no Brasil: entre EUA e China

Tendo em conta os avanços e retrocessos ao longo dos últimos anos da CID no Brasil em parceria com os EUA e a China, faz-se interessante investigar a perspectiva brasileira de cooperação, principalmente a do atual governo Lula. Dessa maneira, nas próximas seções serão feitas considerações sobre as implicações do novo governo Trump para o alcance dos interesses do Brasil, a fim de que se possa compreender se a China pode de fato ser uma alternativa viável na busca por seus objetivos estratégicos.

5.1. A concepção brasileira da cooperação para o desenvolvimento

Desde os anos 2000, o Brasil tem se destacado internacionalmente pelos seus programas de CSS tanto com países latino-americanos quanto africanos (Pessina; Mousinho, 2022, p. 2). Esse período coincide com os dois primeiros mandatos do presidente Lula (2003-2006 e 2007-2010), que, em seu discurso, fundamentava essas iniciativas de cooperação na solidariedade entre semelhantes, nas vantagens compartilhadas e no distanciamento da Cooperação Norte-Sul (Pessina; Mousinho, 2022). Nesse contexto, o Brasil desenvolveu sua própria concepção de CID com a Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento (Cobradi), cujo foco é o desenvolvimento de capacidades, sobretudo na vertente de cooperação técnica (Schleicher, 2024, p. 56).

O governo Lula, portanto, desde seus mandatos anteriores, já buscava redimensionar sua expressão na CID, ampliando suas parcerias e as instituições com as quais estabeleceu projetos de cooperação (Campos; Lima; Neves, 2014, p. 207). No campo discursivo, enfatizou-se que a cooperação realizada pelo Brasil se diferenciava da visão tradicional justamente por ocorrer mediante demanda oficial, por não impor condicionalidades e por ser efetuada com recursos próprios do Estado, sem o envolvimento do setor privado (Campos; Lima; Neves, 2014). A não imposição de condicionalidades se alinha com a perspectiva chinesa de



cooperação – conforme tratado anteriormente –, o que pode significar uma maior facilidade de alinhamento entre as partes no que diz respeito à maneira de se cooperar.

Por outro lado, o País tem se mantido como receptor de ODA – exemplificado pelos dados apresentados anteriormente sobre a relação Brasil-EUA. Diante disso, o Brasil se projeta no cenário internacional a partir da figura de receptor (ou “beneficiário”) – a exemplo da relação Brasil-China e Brasil-EUA –, de um lado, e de prestador (ou “doador”), do outro. No presente trabalho, como o objetivo é investigar a dinâmica do Brasil como receptor da ODA dos EUA e da CID chinesa por meio de IED, é mais relevante compreender as prioridades de Política Externa (PE) do atual governo Lula, a fim de identificar quais as áreas estratégicas de cooperação do Brasil para com esses dois países, que serão discutidos nas próximas seções.

5.3. A CID no governo Lula III

Em seu discurso de posse como Ministro das Relações Exteriores do terceiro governo Lula, Mauro Vieira destacou as áreas prioritárias de cooperação do novo governo:

Buscaremos novas áreas de cooperação em temas de interesse do Brasil, como mudança do clima; proteção do meio ambiente; ciência, tecnologia e inovação; além de ampliar e diversificar o comércio e atrair mais investimentos (Brasil, 2023c).

De fato, observa-se na política externa do atual governo Lula uma maior ênfase nessas agendas ao decorrer do seu mandato. Tanto bilateralmente quanto no âmbito multilateral, o Brasil tem buscado fortalecer e diversificar suas parcerias com diferentes atores, tendo em vista os seus objetivos de PE e os interesses nacionais. Nesse contexto, o atual governo tem buscado manter uma boa relação com a China e os EUA, a partir de um pragmatismo moderado (Carvalho, 2023, p. 135). Em artigo escrito pela embaixadora brasileira em Washington, Maria Luiza Viotti, na comemoração do bicentenário das relações diplomáticas entre os dois países – comemorado em 2024 –, ela destacou:

Hoje, os dois países têm uma agenda dinâmica e diversificada, baseada em valores compartilhados e interesses comuns. Democracia, direitos humanos, promoção do desenvolvimento sustentável e a luta contra as mudanças climáticas estão no centro de nosso trabalho. Buscamos fortalecer nossa cooperação em múltiplas áreas, desde o comércio e investimento, passando por energia, saúde, ciência, tecnologia, segurança e defesa, educação e cultura (Viotti, 2024).

Em novembro de 2024, o presidente Lula e o Biden lançaram a “Nova Parceria Brasil-EUA para a Transição Energética” que previa a colaboração bilateral em três principais pilares,



sendo eles: a produção e a implantação de energia limpa; o desenvolvimento da cadeia de suprimento e de tecnologia de energia limpa; e a industrialização verde (Lançamento [...], 2024). Esse é apenas um dos exemplos das tentativas do atual governo de desenvolver iniciativas de cooperação com os EUA em áreas estratégicas para o País, como é o caso do setor energético.

Não obstante, nota-se também uma intensa aproximação por parte do Brasil com a China, exemplificado pelo estreitamento das relações bilaterais entre as partes desde a última visita de Estado do presidente Lula à China em abril de 2023, onde foram assinados 15 acordos nas áreas de comércio, telecomunicações, ciência e tecnologia, dentre outros (Carvalho, 2023, p. 139).

Em um artigo do presidente Lula, publicado em comemoração aos 50 anos de relações diplomáticas Brasil-China em 2024, o projeto do Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres (CBERS), lançado em 1988, foi descrito como sendo um marco da cooperação Sul-Sul em alta tecnologia (Brasil, 2024). Além disso, salientou-se o desejo de explorar e aprofundar a cooperação em áreas, como inteligência artificial, semicondutores, energias renováveis, intercâmbio de alunos e pesquisadores etc. Nesse ínterim, torna-se evidente o interesse do governo brasileiro em aproveitar a perspectiva da CSS com a contraparte chinesa, sobretudo, no setor tecnológico e científico, a fim de desenvolver esses setores estratégicos no País.

Haja vista suas pretensões multipolares e interesse pela cooperação para desenvolvimento, especialmente do Sul Global, o atual governo Lula tem buscado se aproximar ainda mais da China, na tentativa de aproveitar da perspectiva chinesa de CID para lograr o avanço nas áreas prioritárias e estratégicas para o Brasil, a exemplo do setor energético, tecnológico e científico, meio ambiente e clima, entre outros. Contudo, isso demanda um plano mais concreto do atual governo, bem como uma melhor articulação estratégica dos organismos já existentes de cooperação bilateral tanto com a China quanto com outros parceiros importantes para o País.

5.4. Impactos da política externa do atual governo Trump na cooperação EUA-Brasil

O retorno de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos, em janeiro de 2025, acarretou a reconfiguração imediata e profunda da política externa norte-americana. Logo nos primeiros dias de governo, foi assinada a ordem executiva n.º 14169, intitulada *Reevaluating and Realigning United States Foreign Aid*, que determinou uma paralisação de 90 dias em todas as novas obrigações e desembolsos de assistência ao desenvolvimento (United States, 2025d), afetando, assim, agências como a USAID. A medida teria como objetivo revisar a consistência



desses programas, levando em consideração os interesses de política externa da nova administração, com uma retórica de que a política de assistencialismo não se alinha com os interesses norte-americanos (United States, 2025d).

Além disso, foi anunciado um pacote de medidas que inclui a suspensão de reassentamento de refugiados, endurecimento da política migratória e a retirada do Acordo de Paris, com a justificativa de priorização de segurança nacional, da redução do custo de vida e a promoção de uma política energética voltada ao aumento da produção doméstica (United States, 2025c).

Segundo relatório do *Office of the Inspector General* (OIG), órgão responsável por supervisionar as atividades da USAID e de outras entidades, a pausa geral nos programas de assistência resultou na suspensão imediata de contratos e ordens de trabalho, inclusive para projetos com fundos já comprometidos (United States, 2025b). Embora tenham sido emitidas isenções emergenciais para alimentação e assistência médica vital, setores tradicionalmente contemplados pela USAID, como projetos de desenvolvimento sustentável e preservação ambiental, não foram mencionados nas dispensas (United States, 2025b).

Além disso, 90% do quadro de funcionários da USAID foi colocado em licença remunerada, comprometendo a capacidade da agência de fiscalizar e distribuir recursos já reservados para ajuda internacional, afetando o controle de qualidade e de desvios de fundos em contextos de alto risco, como no envio de ajuda emergencial (United States, 2025b). Diante desse esvaziamento institucional, o Secretário de Estado Marco Rubio anunciou, em março de 2025, que as operações da agência que não estivessem alinhadas com os interesses dos Estados Unidos seriam descontinuadas até julho do mesmo ano, com parte de suas atribuições sendo absorvida pelo Departamento de Estado (United States, 2025a).

Essas decisões já têm consequências concretas para países historicamente beneficiários da USAID, como o Brasil. Em 2023, o Brasil ocupava a 11ª posição no *ranking* regional de alocação de recursos da agência; em 2024, passou a ocupar a 12ª posição (United States, 2025e). Assim, embora não esteja entre os principais destinatários globais e tenha caído na classificação, o Brasil tem recebido apoio significativo em áreas estratégicas, com um dos principais impactos sendo o desmonte da cooperação ambiental. No governo Biden, houve um discurso com ênfase no comprometimento em fortalecer a aliança EUA-Brasil com foco em transição energética, combate ao desmatamento e sustentabilidade da Amazônia (Brasil, 2023a). A postura do novo governo norte-americano, que inclui a retirada de acordos multilaterais e a rejeição da política climática adotada pelo governo anterior (United States



2025c), compromete essa agenda e enfraquece a colaboração com o Brasil em questões ambientais.

Esse cenário é evidenciado por dados da USAID, que indicam que, nos últimos dois anos, os principais setores contemplados pela assistência norte-americana ao Brasil foram voltados à preservação ambiental e à resposta a emergências (United States, 2025e). Entre as iniciativas apoiadas, destacam-se projetos de manejo florestal e prevenção de incêndios, além de ações de assistência alimentar e apoio a migrantes, executados com a parceria da Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais (ADRA) (United States, 2025e). A suspensão dessa assistência ameaça diretamente a continuidade desses programas e cria lacunas profundas em áreas como sustentabilidade ambiental e resposta a emergências climáticas e humanitárias.

A suspensão das atividades da Organização Internacional para as Migrações (OIM) no País, decorrente da decisão do governo dos Estados Unidos de interromper por 90 dias os repasses da USAID, impacta diretamente a Operação Acolhida³⁰. O Governo Federal reconheceu, em nota oficial, a necessidade de realocar servidores de áreas como saúde, assistência social, Polícia Federal e Defesa para reduzir, em caráter emergencial, os efeitos da ausência das equipes da OIM na operação logística e na gestão de abrigos (Brasil, 2025c). Assim, observa-se que a continuidade de programas, como a Operação Acolhida, depende fortemente do financiamento internacional, e que o vácuo deixado pelos EUA já compromete a manutenção das atividades no ritmo necessário.

Portanto, o retorno de Trump ao poder não apenas redefine o papel dos EUA no cenário internacional, como também altera profundamente a relação de cooperação entre os Estados Unidos e países historicamente beneficiários de sua assistência, como o Brasil. As medidas adotadas até o momento, sobretudo no campo da assistência internacional e do multilateralismo, evidenciam uma ruptura com a agenda ambiental e humanitária que havia sido fortalecida na gestão anterior. Consequentemente, para o Brasil, os efeitos dessa mudança já se manifestam na interrupção de programas e no enfraquecimento de parcerias em áreas estratégicas, refletindo a reorientação ideológica da política externa norte-americana sob a nova administração.

³⁰ Iniciativa humanitária coordenada pelo Governo Federal, em parceria com agências da ONU, voltada à recepção, interiorização e apoio a migrantes e refugiados venezuelanos que entram no Brasil pela fronteira Norte, especialmente em Roraima (Brasil, 2025b).



5.5. A CID chinesa

O novo direcionamento da política externa dos Estados Unidos, marcado pelo distanciamento das interações internacionais promovido pelo governo Trump, suscita debates sobre a possibilidade de outras potências, como a China, ocuparem o espaço deixado pelo *hegemon*. Contudo, no caso específico da gigante asiática, é importante destacar que a política externa chinesa, voltada para a cooperação internacional, difere profundamente da norte-americana, sem perspectiva de mudança a curto prazo.

Enquanto os Estados Unidos atuam sob uma perspectiva de cooperação Norte-Sul, com foco em desenvolvimento sustentável, direitos humanos e meio ambiente, seguindo diretrizes da OCDE e da ODA, a China direciona seus esforços para áreas estratégicas que atendem tanto aos seus interesses quanto aos do país parceiro, neste caso o Brasil. Apesar de existirem acordos e comprometimentos, principalmente com o governo Lula, de cooperação e financiamento de projetos para desenvolvimento social ou ambiental, eles não são como os estadunidenses.

A abordagem chinesa baseada no princípio de *win-win*, aliada à sua busca contínua por garantir o controle de cadeias de valor essenciais ao seu crescimento e manutenção econômica, revela uma política voltada prioritariamente para os seus próprios objetivos estratégicos. Nesse contexto, há pouco espaço — e pouco interesse — em seguir os moldes da atuação internacional estadunidense, inclusive no Brasil. Como parte da CID e BRI, a China até financia projetos voltados a questões humanitárias e sociais, como a construção de hospitais, escolas e estruturas de saneamento básico, e auxilia com doação de suprimentos e alimentos em algumas regiões, mas, em sua maioria, os projetos são de infraestrutura.

De acordo com as Diretrizes sobre o Grupo de Projetos de Desenvolvimento Global (Provisórias), publicadas pela CIDCA, a China apoia projetos de desenvolvimento alinhados à Agenda 2030 da ONU, voltados à redução da pobreza, segurança alimentar, resposta a epidemias e vacinas, financiamento para o desenvolvimento, mudanças climáticas, sustentabilidade, industrialização, economia digital, entre outros, implementados por organizações específicas (CIDCA, 2023). Além disso, com base nos documentos *China's Foreign Aid* de 2011 e 2014, a China oferece apoio humanitário por meio de doações e empréstimos, mantendo o princípio de desenvolver a capacidade de autodesenvolvimento dos países receptores e promover uma cooperação com benefícios mútuos. Nessa lógica, insere-se uma variedade de projetos, como construções, envio de bens e materiais e cooperação técnica (China, 2011; China, 2014).



A maioria dos projetos de cooperação internacional por meio de *foreign aid* na América Latina exclui países como Argentina, Brasil e Chile, por serem considerados mais desenvolvidos (Stallings, 2017). Apesar da pouca transparência da China em relação às suas ações de cooperação internacional para o desenvolvimento — que vão de investimentos e iniciativas da BRI a doações e apoio humanitário —, é possível perceber, pelo próprio *site* da CIDCA, a escassa interação com o Brasil, com destaque apenas para alguns artigos sobre a parceria durante a pandemia da Covid-19. Dessa forma, fica evidente que o modelo de desenvolvimento chinês não busca replicar o ocidental, mas sim superá-lo (Ferdinand, 2016).

A não aderência do Brasil a iniciativas chinesas de contraposição ao modelo estadunidense, como a Nova Rota da Seda, reforça a necessidade do País de manter um firme laço bilateral como principal canal de investimento e cooperação. Historicamente, o Brasil busca não se alinhar automaticamente com grandes potências e, agora que os Estados Unidos, sob a liderança de Trump, e a China estão passando por um momento de tensão em sua relação, é ainda menos provável que o Brasil busque essa parceria (Prazeres, 2024). Mesmo não estando oficialmente incorporados a Nova Rota, o Brasil consegue angariar recursos de outros projetos de investimento chinês, como a rota bioceânica.

No início de 2025, após pressão de Trump, o Panamá se retirou da Nova Rota da Seda, o que restringiu o acesso chinês ao Canal do Panamá, levando o país a buscar uma nova rota bioceânica para conectar Atlântico e Pacífico (Said, 2025). Essa nova rota, que atravessaria Argentina, Brasil, Chile e Paraguai, está alinhada com os planos já existentes do governo brasileiro de integração sul-americano, que agora poderiam se expandir e ganhar financiamento rodoviário, ferroviário e hidroviário chinês (Said, 2025).

Com isso, o Brasil não pode enxergar na China um financiador substituto para os projetos anteriormente abarcados pelos EUA, especialmente em assistência em temas de segurança e proteção ambiental. Ainda assim, a perspectiva chinesa de cooperação em projetos para o desenvolvimento sustentável pode se alinhar com os objetivos do atual governo brasileiro, que tem o meio ambiente como pauta prioritária. Porém, com foco em projetos de crescimento econômico ao invés de preservação ambiental.

Contudo, o Brasil precisa se comprometer internamente para que os acordos de cooperação com a China possam se concretizar. A morosidade burocrática interna muitas vezes impede o desenvolvimento de projetos estratégicos para o País, como é o caso do CBERS. O programa, a despeito de ser uma prioridade para o Brasil devido a suas contribuições para o espaço aéreo e a agricultura, por diversas vezes não teve seus objetivos alcançados no tempo



definido devido a cortes orçamentários que acarretam a demora no processo de construção e lançamento de satélites (Guimarães; Missagia, 2020).

Apesar dessa aproximação com a China poder ser vista como algo positivo para o Brasil, alguns setores brasileiros, como o industrial e o manufatureiro, já se mostraram contrários a esse movimento, forçando uma postura mais protecionista de governos anteriores – a exemplo do primeiro governo Dilma Rousseff (2011-2014) –, pelo menos na esfera comercial (Powell, 2016). Diante disso, faz-se necessário ter em conta, também, as forças internas no momento de formulação de políticas e projetos de cooperação concretos com a contraparte chinesa, a fim de que se possam traçar iniciativas mais sólidas no longo prazo e realmente condizentes com os objetivos e interesses do Brasil.

6. Considerações finais

A análise da CID entre Brasil-EUA e entre Brasil-China, no período de 2017 a 2024, revela uma reconfiguração significativa nas dinâmicas de assistência internacional voltadas ao Brasil. No caso dos Estados Unidos, observou-se que, apesar das variações políticas e ideológicas entre os governos Trump e Biden, a USAID manteve repasses significativos ao Brasil em áreas estratégicas como saúde, assistência humanitária e preservação ambiental. O governo Biden, convergente em pautas específicas com o governo Lula, intensificou essa cooperação com foco em mudanças climáticas e sustentabilidade, mas o retorno de Donald Trump à presidência em 2025 representou uma mudança brusca, marcada pela suspensão de programas e repasses que comprometem diretamente projetos e ações em curso.

Por outro lado, ao longo do período analisado, a China aprofundou sua atuação como investidora estratégica no Brasil, com destaque para os setores de infraestrutura, energia e, mais recentemente, tecnologia e inovação. Essa aproximação bilateral foi favorecida por conjunturas políticas internas: durante os governos Dilma e Lula, houve uma intensificação das relações, enquanto no governo Temer observou-se uma postura pragmática, com relativa continuidade, apesar de mudanças ideológicas. Já no governo Bolsonaro, mesmo diante de tensões políticas e discursos críticos ao governo chinês, os investimentos chineses foram mantidos, impulsionados por interesses econômicos estruturais e pela atuação de setores produtivos e de governos subnacionais.

Assim, ao contrário do modelo estadunidense, baseado em ODA e com forte condicionamento político, a abordagem chinesa segue a lógica da CSS, priorizando o princípio da não interferência e a busca por ganhos mútuos. Essa estratégia, ainda que guiada por



interesses próprios, tem fortalecido progressivamente os laços bilaterais, consolidando a China como um dos principais atores econômicos nas relações internacionais do Brasil.

Observa-se, ainda, que a política externa brasileira sob o governo Lula III busca uma atuação voltada ao pragmatismo moderado, mantendo diálogo com ambos os polos de poder. A retomada do multilateralismo e a valorização da CSS impulsionaram o aprofundamento da cooperação com a China, ao passo que a relação com os Estados Unidos é limitada pelas novas diretrizes do governo Trump. Embora a China tenha ampliado sua atuação, ela não substitui os Estados Unidos, sobretudo em áreas como segurança e meio ambiente. Seu discurso sobre desenvolvimento sustentável se alinha, em parte, à agenda brasileira atual, mas com foco prioritário no crescimento econômico. A ausência de uma estratégia institucional consolidada por parte do Brasil, contudo, permanece como um fator de fragilidade na concretização de projetos e no aproveitamento pleno das oportunidades internacionais.

O período analisado revela, assim, não apenas a existência de dois modelos distintos de CID – o estadunidense, centrado em assistência social e humanitária, e o chinês, voltado a interesses econômicos e estruturais – mas também o impacto direto das mudanças de governo sobre os padrões de cooperação. O Brasil, em meio a rivalidade dessas potências, tem alternado entre os dois modelos, sendo beneficiado por ambos, mas estando ao mesmo tempo vulnerável às mudanças externas e às limitações internas de coordenação e planejamento estratégico no que diz respeito aos seus objetivos com a cooperação.



Referências

ABRÃO, R. A. F. *et al.* Distensão, Assimetrias e Oportunidades Perdidas: Relações Brasil-China no Governo Bolsonaro. In: AZZI, D. A.; RODRIGUES, M. A.; SOUSA, A. T. L. M. DE (org.). **Política externa brasileira em tempos de isolamento diplomático**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Telha Ltda, 2022. Cap. 8, p. 131-148.

AKHTAR, S.; BROWN, N. U.S. International Development Finance Corporation: Overview and Issues. **Congressional Research Service**, 2022. Disponível em: <https://www.congress.gov/crs-product/R47006>. Acesso em: 17 abr. 2025.

ARRIAGADA, P.; HERRE, B.; RITCHIE, H.; TEUTEM, S. **Foreign Aid. Our World in Data**, 2024. Disponível em: <https://ourworldindata.org/foreign-aid>. Acesso em: 17 abr. 2025.

BIRD, J.; LEBRAND, M.; VENABLES, A. J. The belt and road initiative: Reshaping economic geography in Central Asia? **Journal of Development Economics**, v. 144, p. 102441, 2020.

BORGHI, R. A. Z; FREITAS, H. DE. Investimento Estrangeiro Direto da China no Brasil: um estudo de setores selecionados. **Economia e Sociedade**, v. 33, p. e281289, 23 ago. 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/p5RvczPvhM7ts7QRbjNtRSz/>. Acesso em: 13 abr. 2025.

BRASIL é destino preferencial de investimentos estrangeiros. **ApexBrasil**, 8 jul. 2024. Disponível em: <https://apexbrasil.com.br/br/pt/conteudo/noticias/Investimentos-Estrangeiros-Direitos-os-dados-mais-atualizados.html>. Acesso em: 13 abr. 2025.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Atos adotados por ocasião da visita de estado ao Brasil do Presidente da China, Xi Jinping – 20 de novembro de 2024**. Brasília: MRE, 2024a. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/atos-adotados-por-ocasio-da-visita-de-estado-ao-brasil-do-presidente-da-china-xi-jinping-2013-20-de-novembro-de-2024-1. Acesso em: 20 abr. 2025.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. **Comex Stat: Sistema de Estatísticas de Comércio Exterior**. Brasília: MDIC, 2025a. Disponível em: <https://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>. Acesso em: 10 abr. 2025.

_____. **Comunicado conjunto do presidente Donald J. Trump e do presidente Jair Bolsonaro**, Brasília: MRE, 2019. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/2019/comunicado-conjunto-do-presidente-donald-j-trump-e-do-presidente-jair-bolsonaro-19-de-marco-de-2019. Acesso em: 13 abr. 2025.

_____. **Comunicado conjunto por ocasião do encontro entre os Presidentes Lula e Biden**. Brasília: MRE, 10 fev. 2023a. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/comunicado-conjunto-por-ocasio-do-encontro-entre-os-presidentes-lula-e-biden. Acesso em: 18 abr. 2025.



_____. **Operação Acolhida.** Brasília: MDS, 2025b. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/operacao-acolhida>. Acesso em: 19 abr. 2025.

_____. **Nota oficial – Operação Acolhida.** Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2025c. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/nota-oficial-operacao-acolhida>. Acesso em: 16 abr. 2025.

_____. **Declaração Conjunta entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China sobre o Aprofundamento da Parceria Estratégica Global - Pequim, 14 de abril de 2023.** Brasília: MRE, 2023b. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canal_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-conjunta-entre-a-republica-federativa-do-brasil-e-a-republica-popular-da-china-sobre-o-aprofundamento-da-parceria-estrategica-global-pequim-14-de-abril-de-2023. Acesso em: 13 abr. 2025.

_____. **Discurso do Embaixador Mauro Vieira por ocasião da posse no cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores - Brasília, 2 de janeiro de 2023.** Brasília: MRE, 2023c. Disponível em: <https://www.gov.br/funag/pt-br/centrais-de-conteudo/politica-externa-brasileira/discursos-do-embaixador-mauro-vieira-por-ocasio-da-posse-no-cargo-de-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores-brasilia-2-de-janeiro-de-2023>. Acesso em: 20 abr. 2025.

_____. **50 anos de relações diplomáticas Brasil-China:** celebrando o passado e lançando as bases do futuro. Brasília: Presidência da República, 15 ago. 2024b. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/artigos/50-anos-de-relacoes-diplomaticas-brasil-china-celebrando-o-passado-e-lancando-as-bases-do-futuro>. Acesso em: 18 abr. 2025.

BRASIL; CHINA. **Plano de Ação Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China, 2010-2014.** Brasília: Embaixada da China no Brasil, 2010. Disponível em: https://br.china-embassy.gov.cn/por/szxw/201004/t20100417_4354665.htm. Acesso em: 18 abr. 2025.

_____. **Plano de Ação Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China - 2015-2021.** Brasília: 2015. Disponível em: https://www.cebc.com.br/sites/default/files/plano_de_acao_conjunta_o_brasil_e_a_china_2015-2021.pdf. Acesso em: 18 abr. 2025.

_____. **Plano Decenal de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China.** Rio de Janeiro: 2012. Disponível em: <https://www.gov.br/aeb/pt-br/programa-espacial-brasileiro/cooperacao-internacional/documentos-china/acordochina2012.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2025

_____. **Plano Estratégico 2022-2031 entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China.** Brasília: 23 mai. 2022a. Disponível em: <https://aplicacao.itamaraty.gov.br/ApiConcordia/Documento/download/31627>. Acesso em: 13 abr. 2025.

_____. **Plano Executivo para as Relações entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China entre 2022 e 2026.** Brasília: 23 mai.



2022b. Disponível em:

<https://aplicacao.itamaraty.gov.br/ApiConcordia/Documento/download/31626>. Acesso em: 13 abr. 2025.

BUSILLI, V. S. Las relaciones Brasil-China: de Lula a Temer. La autonomía como estrategia.

Cuadernos de Coyuntura, Córdoba, v. 4, p. 97-101, nov. 2019. Disponível em:

<https://revistas.unc.edu.ar/index.php/CuadernosConyuntura/article/view/26270>. Acesso em: 10 abr. 2025.

CAMPOS, R.; LIMA, J.; NEVES, J. O perfil da Cooperação Brasileira para o

Desenvolvimento Internacional na América Latina e no Caribe em 2010: aportes à reflexão sobre a Política Brasileira de Cooperação Internacional. In: SOUZA, A. M. (Org.).

Repensando a cooperação internacional para o desenvolvimento. Brasília: Ipea, 2014. p. 203–250.

CARIELLO, T. **Investimentos chineses no Brasil: novas tendências em energias verdes e parcerias sustentáveis**. Conselho Empresarial Brasil China (CEBC): Rio de Janeiro, 2024.

Disponível em: <https://www.cebc.org.br/2024/09/03/investimentos-chineses-crescem-33-no-brasil-em-2023-com-foco-em-energias-verdes-e-carros-eletricos/>. Acesso em: 13 abr. 2025.

CARVALHO, T. Uma política mais estratégica? Perspectivas para a política externa de Lula III. **Conjuntura Austral**, v. 14, n. 68, p. 135–149, 2023.

CASTRO, A. F.; RANGEL, R. Veja a lista de acordos assinados em encontro entre Lula e Xi

Jinping. **Metrópoles**, 14 abr. 2023. Disponível em: <https://www.metropoles.com/mundo/veja-a-lista-de-acordos-assinados-em-encontro-entre-lula-e-xi-jinping>. Acesso em: 20 abr. 2025.

CASTRO, B. *et al.* Relações Brasil-China no Governo Bolsonaro: da ideologia ao

pragmatismo. In: BERRINGER, T.; MARINGONI, G.; SCHUTTE, G. R (org.). **As bases da política externa bolsonarista: relações internacionais em um mundo em transformação**.

Santo André: Editora UFABC, 2021. Cap. 14, p. 229–250.

CHINA bate recorde de investimentos no Brasil e segue como maior parceiro comercial.

ApexBrasil, 17 fev. 2025. Disponível em:

<https://apexbrasil.com.br/br/pt/conteudo/noticias/china-bate-recorde-de-investimentos-no-brasil-e-segue-como-maior.html>. Acesso em: 13 abr. 2025.

CHINA. China International Development Cooperation Agency (CIDCA). **China's Foreign**

Aid (2011). Beijing: CIDCA, abr. 2011. Disponível em: http://en.cidca.gov.cn/2018-08/09/c_261159.htm. Acesso em: 19 abr. 2025.

_____. China International Development Cooperation Agency (CIDCA). **China's Foreign**

Aid (2014). Beijing: CIDCA, jul. 2014. Disponível em: http://en.cidca.gov.cn/2018-08/09/c_261152.htm. Acesso em: 19 abr. 2025.

CHINA é o maior parceiro comercial do Brasil desde 2009. **Ibrachina**, 1 abr. 2024.

Disponível em: <https://ibrachina.com.br/china-e-o-maior-parceiro-comercial-do-brasil-desde-2009/>. Acesso em: 13 abr. 2025.



CIDCA. **Guidelines on Global Development Project Pool (Provisional)**. Pequim: CIDCA, 2023. Disponível em: http://en.cidca.gov.cn/2023-12/12/c_947069.htm. Acesso em: 19 abr. 2025.

CRUZ, L. R. F. DA; SANTOS, P. G. F. DOS. Nas bodas de ouro, um balanço sobre os planos das relações Brasil-China, por Cruz & Santos. **GNN**, 2 OUT. 2024. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/brasil/cruz-santos-balanco-sobre-os-planos-das-relacoes-brasil-china/>. Acesso em: 13 abr. 2025.

DAMACENA, A. B. As relações entre Brasil e China: do pragmatismo à ideologia. **Conexões Internacionais**, v. 2, n. 1, 27 ago. 2021.

DEHART, M. Remodelling the global development landscape: the China model and South–South cooperation in Latin America. **Third World Quarterly**, v. 33, n. 7, p. 1359–1375, 2012.

FERDINAND, P. Westward ho—the China dream and ‘one belt, one road’: Chinese foreign policy under Xi Jinping. **International Affairs**, v. 92, n. 4, jul. 2016, p. 941-957. Disponível em: <https://academic.oup.com/ia/article/92/4/941/2688105>. Acesso em: 19 abr. 2025.

GRINSZTEJN, C.; RODRÍGUEZ, M. E. Brasil. In: **LATINOAMÉRICA SUSTENTABLE Y SUSTENTARSE (LAS). A diez años de la Iniciativa de la Franja y la Ruta**. Quito: LAS, 2024. Cap. 3, p. 46-59.

GUIMARÃES, V. V. S.; MISSAGIA, R. DOS S. Recuos, avanços e continuidade do Programa de Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres (CBERS): uma análise de Políticas Públicas (1999-2019). **Revista da UNIFA**, v. 33, n. 2, 28 dez. 2020.

HULD, A.; ZHOU, Q. China-Brazil Economic Ties: Trade, Investment, and Opportunities. **China Briefing**, 4 oct. 2024. Disponível em: <https://www.china-briefing.com/news/china-brazil-economic-ties-trade-investment-and-opportunities/>. Acesso em: 10 abr. 2025.

IVES, D; LIMA, M. R. S. DE. Desafios políticos na implementação da política externa do governo Lula 3. **CEBRI-Revista: Brazilian Journal of International Affairs**, n. 9, p. 103–122, 15 maio 2024.

LANÇAMENTO da “Nova Parceria Brasil-EUA para a Transição Energética”. **Agência Gov**, 19 nov. 2024. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202411/lancamento-da-201cnova-parceria-brasil-eua-para-a-transicao-energetica201d-1>. Acesso em: 18 abr. 2025.

LOWENTHAL, Abraham F. Os Estados Unidos e a América Latina: de Trump a Biden. **Relações Internacionais**, Lisboa, n. 69, p. 87–95, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.23906/ri2021.69a05>. Acesso em: 08 abr. 2025.

MAWDSLEY, E. The changing geographies of foreign aid and development cooperation: contributions from gift theory. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 37, n. 2, p. 256–272, 2012.

MENDES, C. A China e a cooperação Sul-Sul. **Relações Internacionais**, p. 39–46, 2010.



MILANI, C. Evolução histórica da cooperação Norte-Sul. In: SOUZA, A. M. (Org.). **Repensando a cooperação internacional para o desenvolvimento**. Brasília: Ipea, 2014. p. 33–56.

MYERS, M.; URDINEZ, F. **Regional Repository of Chinese Investments in Latin America**. ICLAC and Inter-American Dialogue, 2025. Disponível em: <https://thedialogue.org/regional-repository-of-chinese-investments-in-latin-america>. Acesso em: 10 abr. 2025.

O QUE É IED?. **ApexBrasil**, s.d. Disponível em: <https://www.apexbrasil.com.br/o-que-e-ied>. Acesso em: 20 abr. 2025.

PEDROZO, G. As relações China-América Latina pelo prisma da cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento. Monções: **Revista de Relações Internacionais da UFGD**, v. 5, n. 9, p. 91–120, 2016.

PERFIL de comércio e investimentos - China - 2025. **ApexBrasil**, 14 fev. 2025. Disponível em: <https://apexbrasil.com.br/content/apexbrasil/br/pt/solucoes/inteligencia/estudos-e-publicacoes/perfil-de-comercio-e-investimentos/perfil-de-comercio-e-investimentos---china---2025.html>. Acesso em: 13 abr. 2025.

PESSINA, M.; MOUSINHO, M. C. A Cooperação Brasileira Internacional para o Desenvolvimento (Cobradi) Durante o Governo Lula: Uma Análise Exploratória da Cooperação em Educação com Angola. **IX Encontro de Administração Pública da ANPAD VI**, 2022.

PIRES, Marcos C.; NASCIMENTO, Lucas G. do. The Monroe Doctrine 2.0 and U.S.-China-Latin America Trilateral Relations. **International Organisations Research Journal**, Moscou, v. 15, n. 3, 2020. Disponível em: <https://iorj.hse.ru/data/2021/06/28/1356185558/Pires.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2025.

POWELL, D. China-Brazil Economic Relations: Too Big to Fail?. In: MYERS, M.; WISE, C. (ed.). **The Political Economy of China-Latin America Relations in the New Millennium: Brave New World**. New York: Routledge, 2017. Cap. 11, p. 243-265.

PRAZERES, Leandro. Por que Brasil resiste a entrar em Nova Rota da Seda da China. **BBC News Brasil**, 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cz7w2evgz5ro>. Acesso em: 20 abr. 2025.

REUTERS. Investimento da China, maior parceiro comercial do Brasil, cai 78% em 2022 e atinge menor valor em 13 anos. **Brasil 247**, 29 ago. 2023. Disponível em: https://www.brasil247.com/economia/investimento-da-china-maior-parceiro-comercial-do-brasil-cai-78-em-2022-e-atinge-menor-valor-em-13-anos#google_vignette. Acesso em: 13 abr. 2025.

ROSITO, T. O Plano Decenal Brasil-China 2022-2031: oportunidade de preparação e realinhamento. In: CARIELLO, T. (org.). **Carta Brasil-China**. Conselho Empresarial Brasil China (CEBC): v. 25, 2020, p. 4-9.



SAID, F. Em atrito com os EUA, a China investe para ligar o Brasil ao Pacífico. **Metrópoles**, 20 abr. 2025. Disponível em: <https://www.metropoles.com/mundo/em-atrito-com-os-eua-china-investe-para-ligar-brasil-ao-pacifico>. Acesso em: 20 abr. 2025.

SCHLEICHER, R. (coord.). **Relatório Cobradi 2021: a cooperação educacional e científica brasileira em foco**. Brasília: Ipea, 2024.

SITOMPUL, Eiga.; CIPTO, Bambang. Trump's securitization of US against aliens and immigrants: case study Latin migrants. **Journal of Islamic World and Politics**, v. 6, n. 2, 2022. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/369886113_Trump%27s_Securitization_of_US_against_Aliens_and_Immigrants_Case_Study_Latin_Migrants. Acesso em: 08 abr. 2025.

STALLINGS, B. Chinese Foreign Aid to Latin America: Trying to Win Friends and Influence People. In: MYERS, M.; WISE, C. (ed.). **The Political Economy of China-Latin America Relations in the New Millennium: Brave New World**. New York: Routledge, 2017. Cap. 4, p. 69-91.

SU, F.; YUAN, J.; OUYANG, X. **China's Evolving Approach to Foreign Aid**. Stockholm: SIPRI, 2022.

UNITED STATES. **National Security Strategy of the United States of America**. Washington, D.C.: The White House, 2017. Disponível em: <https://trumpwhitehouse.archives.gov/wp-content/uploads/2017/12/NSS-Final-12-18-2017-0905.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2025.

_____. **On delivering an America First foreign assistance program**. Washington, D.C.: Department of State, 2025a. Disponível em: <http://state.gov/on-delivering-an-america-first-foreign-assistance-program>. Acesso em: 20 abr. 2025.

_____. **Oversight of USAID-Funded Humanitarian Assistance Programming Impacted by Staffing Reductions and Pause on Foreign Assistance**. Washington, D.C.: Office of Inspector General, 2025b. Disponível em: <https://oig.usaid.gov/sites/default/files/2025-02/USAID%20OIG%20-%20Oversight%20of%20USAID-Funded%20Humanitarian%20Assistance%20Programming%2021025.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2025.

_____. **President Trump's America First Priorities**. Washington, D.C.: The White House, 2025c. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/briefings-statements/2025/01/president-trumps-america-first-priorities/>. Acesso em: 16 abr. 2025.

_____. **Reevaluating and Realigning United States Foreign Aid**. Washington, D.C.: The White House, 2025d. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/presidential-actions/2025/01/reevaluating-and-realigning-united-states-foreign-aid/>. Acesso em: 08 abr. 2025.

_____. **Interim National Security Strategic Guidance**. Washington, D.C.: The White House, 2021. Disponível em: <https://bidenwhitehouse.archives.gov/wp-content/uploads/2021/03/NSC-1v2.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2025.



_____. **U.S. Engagement in the Ninth Summit of the Americas.** Washington, D.C.: Department of State, 2022. Disponível em: <https://2021-2025.state.gov/summit-of-the-americas/>. Acesso em: 08 abr. 2025.

_____. U.S. AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT (USAID). **USAGov**, s.d. Disponível em: <https://www.usa.gov/agencies/u-s-agency-for-international-development#main-content>. Acesso em: 18 abr. 2025.

_____. **U.S. Foreign Assistance by Country.** Washington, D.C.: Department of State, 2025e. Disponível em: <https://foreignassistance.gov/cd/brazil/>. Acesso em: 17 abr. 2025.
VIOTTI, M. L. Brasil e Estados Unidos: Duzentos Anos de uma Parceria Vigorosa, Dinâmica e Multifacetada.

WBO, s.d. Disponível em: <https://www.braziloffice.org/pt/artigos/brasil-e-estados-unidos-duzentos-anos-de-uma-parceria-vigorosa-dinmica-e-multifacetada>. Acesso em: 19 abr. 2025.